

Sarney promete sucessão 'sem drama'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney garantiu ontem, depois do pronunciamento sobre a aprovação dos cinco anos para seu mandato, que seguirá normalmente o calendário eleitoral e entregará, sem drama, o cargo a seu sucessor. "Vamos realizar as eleições este ano, que acho que são irreversíveis, e vamos realizar a eleição do próximo ano", afirmou. E, certo de contar com a confiança permanente do povo brasileiro, declarou: "Vou entregar a meu sucessor o País sem os momentos dramáticos que eu tive de viver e sem os riscos que nós estamos vivendo na transição democrática".

Sarney disse receber a decisão da Constituinte "com o mesmo senso de dever" com que assumiu a Presidência da República, e exerce seu cargo. Sobre sua futura base parlamentar, afirmou que deseja, tem tido e terá apoio do Congresso Nacional, "sobretudo para a solução dos problemas que temos aí pela frente". Para o presidente, "o ideal da Nação e de todos nós é que

o governo tenha um suporte político capaz de enfrentar os problemas". No pronunciamento, asseverou que a aprovação dos cinco anos não é, para ele, um divisor de águas, mas, ao contrário, "um espaço para solidariedade nacional, para a ampliação das áreas de consenso".

Antes da votação, o presidente preferiu não manifestar expectativas quanto ao resultado. Mas sustentou: "Tenho um compromisso moral com o País de governar cinco anos".

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente:

"Eu não tenho muita coisa a dizer. Acho que quem governa, governa com realidades. A realidade deste instante é a de que a Assembleia Nacional Constituinte deu-me a confiança de governar o País até 1990. Eu recebo, eu acato e respeito a decisão da Assembleia com o mesmo senso de dever com que assumi a presidência da República e venho exercendo o meu cargo.

Nós temos pela frente duas tare-



Feliz com vitória, Sarney promete transição sem drama

fas gigantescas. A primeira delas é concluir a transição democrática, que é a tarefa mais importante e histórica para este país, consolidar a democracia. A Constituição não é um fim em si mesma. Ela precisa ser viabilizada. Para isso, temos que ainda percorrer os caminhos das leis complementares e adaptar as constituições estaduais. Temos que fazer eleição presidencial no próximo ano num clima de paz, num clima de liberdade democrática, sem qualquer risco, para que eu possa entregar ao meu sucessor um país sem os momentos dramáticos que eu tive que passar.

O setor da economia é outra tarefa gigantesca, a de reintegrar o País dentro da sua linha histórica de crescimento, manter o desenvolvimento econômico, evitar recessão, reintegrar o Brasil na comunidade financeira internacional. Fazer uma reforma profunda, concluir as reformas profundas que o País necessita no setor, modernizar seu modelo econômico. Nós chegamos ao fim do modelo da substituição de importações. Nós temos um caminho novo a percorrer que é o de

preparar as estruturas nacionais para o grande desafio do século XXI. Temos afim um mundo novo aberto, que é o mundo da ciência e da tecnologia. E nós temos que nos preparar para enfrentá-lo.

Finalmente, eu devo dizer que esta decisão da Assembleia Nacional Constituinte, para mim, não é um divisor de águas. Ao contrário, ela é um espaço para a solidariedade nacional, para a ampliação das áreas de consenso, a fim de que todos nós possamos dar uma contribuição para resolver os grandes desafios que o País tem pela frente. Portanto, é este o meu sentimento, que é um sentimento de humildade e ao mesmo tempo um sentimento de confiança no nosso país. Vou exercer o mandato agora com maior responsabilidade ainda, que é o da confiança que a Assembleia Nacional Constituinte acaba de me dar, entregando-me a obrigação de concluir a transição democrática como estou fazendo, com grandes dificuldades, mas sem perder a esperança e com a certeza de que nós vamos chegar, sem dúvida, a um bom porto."

Cinco anos recebe 338 votos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Por 326 votos, contra 222 e três abstenções, a Constituinte fixou ontem o mandato do presidente José Sarney em cinco anos. Passou a fusão de emendas baseada na proposta do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), que deu a seguinte redação ao artigo terceiro das Disposições Transitórias: "O mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1990. Parágrafo 1º: A primeira eleição para presidente da República após a promulgação desta Constituição realizar-se-á no dia 15 de novembro de 1989. Parágrafo 2º: Os mandatos dos governadores e dos vice-governadores eleitos em 15 de novembro de 1986 terminarão em 15 de março de 1991".

Foi uma sessão tumultuada — das 9 horas às 18h30, e, antes mesmo que o painel eletrônico anunciasse o resultado, cerca de 200 populares, nas galerias, começaram a gritar: "Aqui tem eleitor, traidor". Depois, de pé, cantaram o Hino Nacional, mostrando a mão com quatro dedos. Desde que a sessão foi aberta pelo 2º vice-presidente, Jorge Arbage (PDS-PA), ficou evidenciada

do que os quatroanistas estavam dispostos a obstruir a votação. José Genofino (PT-SP) pediu a suspensão da sessão, alegando ter contado apenas 38 constituintes em plenário, quando o regimento exige um mínimo de 56.

Pouco depois surgiu a informação de que as lideranças quatroanistas iriam contestar a prioridade de votação da emenda Iensen. O argumento era de que ela não tinha o que modificar no texto do Centrão aprovado na véspera, portanto era aditiva, devendo ser apreciada no final das Disposições Transitórias.

A sessão ficou marcando passo, apenas com pequenos discursos, enquanto as lideranças do Centrão, reunidas com Ulysses Guimarães, tentavam encontrar uma solução. O resultado foi a apresentação da fusão da emenda Iensen com outra de Basílio Villani (PMDB-PR) — esta incluindo o término do mandato dos atuais governadores, e mais outra de Bonifácio de Andrada (PDS-MG).

Eram 11h30 quando Ulysses voltou ao plenário e deu início às votações (havia duas emendas na frente, tratando de plebiscito e revisão constitucional). Os quatroanistas fizeram questão de não votar nas

bancadas, fazendo longa fila para apertar os botões dos postos avulsos. Diante das insistentes reclamações da liderança do PFL, Ulysses pediu a todos que fossem "razoáveis". Em seguida, prorrogou a sessão que deveria ser encerrada às 13 horas e ainda tentou emendá-la com a das 14h30.

Depois de muitas interrupções, o presidente da Constituinte anunciou, às 17 horas, o início da votação da emenda do mandato. Os líderes Mário Covas, do PMDB, e Brandão Monteiro, do PDT, lembraram de decisões anteriores de Ulysses para condenar a fusão de emendas e reafirmar que a emenda Iensen era aditiva. O próprio autor da proposta cinco-anista foi à tribuna defender sua iniciativa. Segundo ele, "Sarney não é o responsável pela situação difícil em que está o País".

Em seguida, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) falou contra a emenda. "Político brasileiro só ganha em credibilidade da polícia, porque não cumpre o que promete. Quatro anos era promessa de Tancredo Neves, reafirmada pelo atual presidente", disse. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, também foi à tribuna. E defendeu a

emenda argumentando que o PMDB se beneficia do governo e dele faz parte. No plenário, o senador Fernando Henrique Cardoso virou-se, rindo, para Ulysses, que também sorria, meio constrangido. Mário Covas não foi à tribuna para completar a dupla de oradores contra a emenda. Quem se incumbiu da tarefa foi o deputado Walter Pereira (PMDB-MT).

O relator Bernardo Cabral reteve sua posição pessoal em favor dos quatro anos, mas disse que daria "parecer técnico". E o fez contra a emenda Iensen, porque na fusão se suprimiu da emenda Basílio Villani um dispositivo que marcava para o dia 1º de janeiro de 1990 o término dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores.

Ao final da votação, o tumulto nas galerias aumentou quando alguém, provocando os quatroanistas, exibiu uma folha de papel com um grande número cinco. Como resposta, deputados estenderam uma faixa com os dizeres em vermelho: "Cinco — traição do povo".

Veja a relação dos 553 votantes na página 27.

Dia do presidente não sai da rotina



Presidente Sarney surpreendeu ontem seus assessores, ministros e políticos mais próximos, abandonando a tensão dos últimos dias e demonstrando total tranquilidade mesmo nos momentos mais polêmicos do dia que definiu o seu mandato. Logo às 6 horas, fez seu costumeiro passeio diário com o chefe do Serviço Médico do Planalto, coronel-médico Messias Araújo. Sarney preparava o corpo e a mente para um dia de lances emocionantes.

7 horas: O presidente não convidou nenhum político para o café da manhã no Palácio da Alvorada. A mesa, apenas a mulher, dona Marly, e o filho Fernando Sarney, que veio de São Luís especialmente para acompanhar a votação.

9 horas: Sarney se despede de dona Marly e segue para o Planalto, onde já o esperam os chamados "ministros da casa" — Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; general Bayma Denys, do Gabinete Militar; e o general Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações. O presidente ouve de Costa Couto a primeira avaliação sobre a votação. O ministro diz que "de hoje não passa".

11 horas: O governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares, foi, oficialmente, a primeira pessoa fora do círculo palaciano a cumprimentar o presidente pela vitória, ainda que faltassem algumas horas para o desfecho final.

11h30: Sarney sai a pé de seu gabinete até o estacionamento do Planalto, onde participa da entrega de veículos à Polícia Federal. Fica a poucos metros do Congresso Nacional, mas contempla o prédio sem dar nenhum sinal de preocupação.

12 horas: Cercado pelos jornalistas, o presidente evita falar sobre a votação. Não consegue, no entanto, esconder a convicção da vitória, e declara, emocionado: "Tenho compromisso moral com o País de governar cinco anos".

12h30: De volta ao Alvorada, Sarney recebe para almoçar o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Em seguida, chega o governador do Maranhão, Eptílio Cafeteira. A conversa gira em torno da Constituinte. O presidente demonstra um otimismo equilibrado.

15 horas: Reinicia os despachos no Planalto. Fora da agenda, chega o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que permanece 4 minutos no gabinete.

17 horas: Cresce a expectativa, mas Sarney procura manter a rotina. Recebe um emissário do governo peruano, José Antônio García Belaúnde. Chega o ministro Hugo Napoleão, da Educação, para despacho. O filho, Fernando Sarney, e o ministro Costa Couto já estão na antecâmara, prontos para assistirem à transmissão da votação pela televisão. O porta-voz Carlos Henrique Santos e o chefe do Cerimonial, Júlio César Santos, integram o grupo.

18h25: Sarney pede para ficar sozinho em seu gabinete, onde não há aparelho de televisão. Pega o telefone vermelho e conversa com a mulher, dona Marly. Com o resultado escrito a mão numa pequena folha de rascões, o ministro Costa Couto entra no gabinete e mostra ao presidente, que ainda não desliga o telefone. Os dois se abraçam. O resto do grupo entra.

18h40: O gabinete do presidente é aberto para a imprensa. Sarney aparece demonstrando tranquilidade, faz um breve pronunciamento e responde perguntas de jornalistas. O tom da conversa: serenidade com o dia seguinte.

19h12: O ministro Costa Couto passa para Sarney a ligação que acabara de receber do Congresso. O presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, felicita-o. Sarney agradece e diz que Ulysses também está de parabéns. O Planalto é "invadido" em seguida pelos constituintes cincoanistas. A euforia é geral.

19h25: O presidente interrompe os cumprimentos e vai até a sala da secretária, Vera Sabará, que está de licença médica. Aquela altura, era o único local tranquilo do Planalto. O presidente atende o telefone. Do outro lado da linha, sua mãe, dona Klola.

20h15: O presidente grava a Conversa ao Pé do Rádio, que vai ao ar hoje com uma mensagem de que o Brasil começa uma nova e decisiva etapa. O presidente carrega no otimismo.



Lourenço (E) afaga a cabeça de Sant'Anna (C). Cinco-anistas comemoram vitória no plenário da Constituinte

Festa de Irma afogou mágoas da esquerda

Enquanto os defensores dos quatro anos de mandato para Sarney invocavam disposições regimentais para adiar a votação, os cincoanistas se impacientavam em plenário, na sessão de ontem, que começou atrasada, mas calma. O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, visivelmente tenso desde a véspera, só relaxou e sorriu quando o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, decidiu submeter à votação a fusão de emendas favoráveis aos cinco anos.

As esquerdas começaram a amargar a derrota já na noite de quarta-feira, e a festa de aniversário da petista Irma Passoni (SP) serviu para afogar as mágoas. "Foi um porre só", revelou um dos convidados. A esquerda jogou com a tática do cansaço. "A gente pode não ganhar, mas perturba", desabafou Riquel Capibaribe (PSB-ES). "Deixa eles falarem, a gente vota", comentou Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão. Sentado na terceira fila, o senador Mário Covas (SP) era assediado pelo deputado Milton Reis (MG) para que não deixasse a liderança do PMDB.

A batalha para valer começou mesmo à tarde, quando o plenário foi invadido por parlamentares que, de tão pouco que aparecem por Brasília, nem eram reconhecidos pelos guardas de segurança. Um deles, Valtir Pereira (PMDB-MS), fez um confuso discurso, sob vaivas gerais. "Não sei se ele foi contra ou a favor", ironizou Cardoso Alves.

A votação foi rápida e poucos esperaram o resultado. Ao final, uma faixa com a inscrição "Cinco anos, traição ao povo", foi rapidamente destruída. Carlos Sant'Anna recebia parabéns.

Obstrução da sessão duraria até 16 horas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Mais de três horas depois do início da sessão de ontem de manhã, os líderes e principais articuladores dos partidos ainda não tinham sequer pisado no plenário. Enquanto alguns constituintes arrastavam o tempo no interior do auditório, nos bastidores eram tentadas articulações e acordos para garantir a votação do mandato.

No gabinete da liderança do PFL, os deputados pernambucanos Ricardo Fiúza e Inocêncio Oliveira, o senador pela Paraíba Marciondes Gadelha, todos do PFL, mais Basílio Villani, do Paraná, e Luís Roberto Ponte, do Rio Grande do Sul, ambos do PMDB, redigiam requerimentos pedindo prorrogação da sessão. "Juntando tudo dá umas 16 horas a mais de reunião, caso a gente precise", comentava Inocêncio Oliveira.

Da liderança, seguiram juntos para a sala de Ulysses Guimarães, acompanhados de dezenas de constituintes do Centrão. Ulysses passou a manhã em reuniões. Por volta das 11 horas, o líder do PFL, José Lourenço, deixava a sala de Ulysses, muito contrariado: "Ontem (quarta-feira) à noite o Ulysses garantiu que o mandato seria votado hoje. Agora ele diz que não. Tá difícil entender o Ulysses, ele não sabe o que diz", bradava o deputado.

Do gabinete do presidente da Constituinte, entravam e saíam deputados, senadores e articuladores do Planalto. Um deles, o ministro da Ciência e Tecnologia, Luís Henriques, garantia que "só estava ali para ajudar". José Lourenço voltou à sala de Ulysses e saiu de lá ameaçando: "Caso o mandato não seja colocado em votação, vamos nos re-

tirar da Constituinte". Para ele, não havia qualquer problema de fusão de emendas: "O problema não é redação; é político".

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, também recebeu de manhã a visita do ministro da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Prisco Vianna. Durante dois dias, Vianna praticamente ficou de plantão na sala do líder do governo. Também o ministro da Justiça, Paulo Brossard, circulava pelo Congresso, mas negou que estivesse participando das negociações.

Mafonso da Nóbrega, ministro da Fazenda, participou às 13 horas de um almoço no restaurante do 10º andar do anexo quatro, o edifício onde ficam os gabinetes dos deputados. O almoço era de confraternização com empresários japoneses, pelos 80 anos de imigração.

Ulysses Guimarães deveria participar desse almoço, mas na última hora foi impedido porque a sessão se prorrogou até quase as 15 horas antes de ser suspensa por intervalo de uma hora.

Embora oficialmente a sessão tivesse começado às 9 horas, somente depois do meio-dia os líderes entraram em plenário e Ulysses assumiu a presidência da Mesa. A tensão era tanta que o enfermeiro Barbosa foi chamado para medir a pressão dos mais exaltados.

Até pouco antes do início da discussão da votação do mandato, que começou depois das 16 horas, tentaram-se articulações. O senador Mário Covas chegou a passar um tempo reunido com Fernando Collor de Mello, governador de Alagoas, conhecido inimigo de Sarney. E Henrique Hargreaves, assessor parlamentar do Planalto, andava por todo os lados e frequentemente ia ao telefone transmitir suas informações.

Até corredor polonês contra os vencedores

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Aos gritos, vaivas e arremessando notas de dez cruzados contra os constituintes que votaram pelos cinco anos de mandato, um grupo de 60 pessoas formou um autêntico corredor polonês entre as salas do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, e do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, pouco depois de encerrada a votação. "Vendidos, o povo dará o troco nas eleições", diziam os manifestantes em coro.

Um dos principais atingidos foi o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) que, junto com o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), teve cédulas de dinheiro atiradas no rosto. "O PMDB votou contra o PMDB", desabafou Fernando Henrique Cardoso, líder peemedebista no Senado, quando se encontrou com os manifestantes. Depois afirmou em tom provocativo: "Um PMDB era o que estava Carlos Sant'Anna, no outro estávamos nós".

As palavras do senador fez os manifestantes voltarem a gritar "a luta continua, a luta continua", o brado que, em uníssono, as lotadas galerias do plenário da Constituinte desencadearam após o desfecho da votação. Também não faltaram expressões como "traidor", "judas", e "fora Sarney". Palavras de ordem puxadas, principalmente, pelos grupos estudantis e das entidades sindicais e comunitárias que se dirigiram a Brasília.

O herói da noite, para os manifestantes, foi o senador Mário Covas. Com um sonoro "o povo não apanha", eles desafiam a polícia e carregaram o senador nos braços até a sua sala.



Matheus salta do anonimato para a euforia da vitória

Matheus faz cumprir profecia

Proprietário de duas emissoras de rádio com programação exclusivamente evangélica, cantor de discos religiosos com 23 discos gravados, o deputado do Centrão Matheus Iensen (PMDB-PR), autor da emenda que estabeleceu cinco anos de mandato para o presidente Sarney, é conhecido na Constituinte como "profeta do apocalipse" desde que afirmou que a realização de eleições presidenciais em 1988 não era a vontade de Deus. E surpreendeu a esquerda de seu partido e de todo o Congresso ao conseguir, no início do ano, mais de 300 assinaturas para sua emenda, quando se pensava estarem garantidos os quatro anos.

Com 51 anos de idade, casado, Iensen é filho de lavradores e foi criado na região Norte do Paraná, onde cresceu trabalhando em lavouras de café. Sem ter tido formação acadêmica, era um político obscuro até apresentar a emenda que o levou às páginas dos jornais:

candidato derrotado em duas eleições — em 1968 a vereador pelo então MDB, e em 1982 a deputado estadual, pelo PDS —, elegeu-se pelo PMDB com 79.768 votos, baseando sua campanha nos microfones das rádios Marunby (uma em Florianópolis e outra em Curitiba). Iensen garante não ter recebido nenhuma promessa de concessão de rádio ou televisão para defender o mandato de cinco anos, apesar de admitir acalentar o sonho de fazer um programa semanal na tvé, de preferência em rede nacional.

Dizendo receber, em virtude de seus programas, cerca de 500 cartas por semana, vindas de todo o País e até do Exterior, Matheus afirma ter "um peso político muito grande". E, numa brincadeira, lembra que numa nova reversão de expectativas poderia tornar um outro sonho aparentemente improvável em realidade: "Olha que até à Presidência da República eu poderia concorrer".